

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.364 - PB (2019/0249619-6)

RECORRENTE : JOSE CARLOS DE AVELLAR
ADVOGADO : JOSÉ AUGUSTO SOUZA SANTOS - PB020253
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSE CARLOS DE AVELLAR com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Na origem, JOSE CARLOS DE AVELLAR, militar da reserva, ajuizou ação ordinária em face da UNIÃO, objetivando a conversão em pecúnia de licença especial, adquirida até 29/12/2000, não gozada nem utilizada para a passagem à inatividade.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 53.126,37 (cinquenta e três mil, cento e vinte e seus reais e trinta e sete centavos) em 1º de julho de 2016.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, ficando consignado que *o autor efetivamente teve aumentado o percentual do seu adicional de tempo de serviço em função do cômputo do período de licença especial, comprovando a compensação pelo não gozo desta e afastando eventual locupletamento ilícito da Administração que pudesse justificar a pretendida conversão em pecúnia.*

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fl. 148):

EMENTA : ADMINISTRATIVO. MILITAR. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇAS ESPECIAIS NÃO GOZADAS, MAS CONTADAS PARA FINS DE INATIVIDADE E ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. DESNECESSIDADE DO CÔMPUTO DOS PERÍODOS DE LICENÇA PARA ALCANÇAR A RESERVA REMUNERADA. ACRÉSCIMO NO ATS. AUSÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO.

1. A sentença condenou a União a converter em pecúnia o período de licença especial não gozado pelo autor, militar da reserva.

2. O art. 33 da MP nº 2.215-10/2001 estabeleceu que os períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderiam ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de inatividade (e, nessa situação, para todos os efeitos legais) ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar. E a Portaria nº 348/2001 explicitou que tal opção deveria ser expressa, por meio da apresentação de um termo.

3. No caso, a licença não usufruída foi computada em dobro no tempo de serviço do militar (com incremento proporcional no percentual do respectivo adicional - ATS, que passou de 17% para 18%) e especificamente

Superior Tribunal de Justiça

para fins de inatividade - embora esse acréscimo tenha se mostrado desnecessário para sua passagem à reserva, vez que, na ocasião, já tinha tempo suficiente para tanto, independentemente do período de licença especial. O termo de opção não chegou a ser apresentado pela União, mas há evidências de que efetivamente tenha sido firmado pelo autor, porque sua existência é admitida tanto na impugnação à contestação quanto nas contrarrazões do apelo.

4. Em relação à licença-prêmio não gozada de servidor civil, a jurisprudência, conforme entendimento pacificado no STJ, é no sentido da possibilidade de sua conversão em pecúnia com o servidor ainda em vida, no intuito de evitar o enriquecimento ilícito da Administração.

5. Especificamente quanto à licença especial não gozada de militar, a possibilidade de conversão também é reconhecida pela jurisprudência deste TRF5, com base no princípio da razoabilidade, a fim de evitar-se o enriquecimento sem causa da Administração, mas desde que não tenha havido opção pelo aproveitamento dos períodos não gozados para fins de inatividade ou de acréscimo no adicional por tempo de serviço (08014992320154058200, AC/PB, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, 1ª Turma, Julgamento: 29/11/2016; 08119197820174050000, PET/SE, Desembargador Federal Edilson Nobre, 4ª Turma, Julgamento: 08/01/2018; 08039658720154058200, AC/PB, Desembargador Federal Fernando Braga, 3ª Turma, Julgamento: 06/12/2017; 08012318420154058000, AC/AL, Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, 2ª Turma, Julgamento: 11/10/2016).

6. Apesar da ausência nos autos do termo de opção, o autor efetivamente teve aumentado o percentual do seu adicional de tempo de serviço em função do cômputo do período da licença especial, comprovando a compensação pelo não gozo desta e afastando eventual locupletamento ilícito da Administração que pudesse justificar a pretendida conversão em pecúnia.

7. Apelação provida. Honorários advocatícios fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 4º, III, do CPC, ficando, porém, suspensa sua cobrança, por até cinco anos, enquanto perdurarem as condições que permitiram a concessão da justiça gratuita (art. 98, § 3º, do CPC).

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos (fls. 198-201).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, JOSE CARLOS DE AVELLAR interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 68, §3º, da Lei n. 6.880/1980 e 33 da MP 2.215-10, de 2001, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que possui direito à conversão em pecúnia referente à licença especial adquirida e não gozada, ainda que considerada para fins de cálculo do adicional de tempo de serviço eis que, a seu ver, *a percepção de incremento em 1% no adicional por tempo de serviço, em razão de LE não gozada, por si só não se mostra apta a afastar o enriquecimento sem causa da União* (fl. 225).

Superior Tribunal de Justiça

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 285-296).

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante ao mérito, cinge-se a controvérsia quanto à possibilidade de conversão em pecúnia da licença especial, na hipótese em que o militar inativo já percebe aumento no adicional de tempo de serviço em virtude do cômputo em dobro da licença especial não gozada.

Sobre a questão, o Tribunal *a quo* assim se pronunciou (fls. 146-149):

(...)

No caso, a licença não usufruída foi computada em dobro no tempo de serviço do militar (com incremento proporcional no percentual do respectivo adicional - ATS, que passou de 17% para 18%) e especificamente para fins de inatividade - embora esse acréscimo tenha se mostrado desnecessário para sua passagem à reserva, vez que, na ocasião, já tinha tempo suficiente para tanto, independentemente do período de licença especial (vide *doe. id.* nº 4058200.991936). O termo de opção não chegou a ser apresentado pela União, mas há evidências de que efetivamente tenha sido firmado pelo autor, porque sua existência é admitida tanto na impugnação à contestação quanto nas contrarrazões do apelo.

(...)

Especificamente quanto à licença especial não gozada de militar, a possibilidade de conversão também é reconhecida pela jurisprudência deste TRF5, com base no princípio da razoabilidade, a fim de evitar-se o enriquecimento sem causa da Administração, mas desde que não tenha havido opção pelo aproveitamento dos períodos não gozados para fins de inatividade ou de acréscimo no adicional por tempo de serviço (08014992320154058200, AC/PB, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, 1ª Turma, Julgamento: 29/11/2016; 08119197820174050000, PET/SE, Desembargador Federal Edilson Nobre, 4ª Turma, Julgamento: 08/01/2018; 08039658720154058200, AC/PB, Desembargador Federal Fernando Braga, 3ª Turma, Julgamento: 06/12/2017; 08012318420154058000, AC/AL, Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, 2ª Turma, Julgamento: 11/10/2016).

No caso concreto, a despeito da ausência nos autos do termo de opção, o autor efetivamente teve aumentado o percentual do seu adicional de

Superior Tribunal de Justiça

tempo de serviço em função do cômputo do período da licença especial, comprovando a compensação pelo não gozo desta e afastando eventual locupletamento ilícito da Administração que pudesse justificar a pretendida conversão em pecúnia.

(...)

Com efeito, esta Corte Superior firmou orientação quanto ao reconhecimento do direito do militar à conversão em pecúnia da licença especial não gozada nem computada para fins de tempo de inatividade, ainda que considerada para fins de cálculo de adicional de tempo de serviço. Nessa hipótese, os valores indenizatórios devem ser compensados com o *quantum* pago a título do adicional.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. MILITAR. LICENÇA ESPECIAL. CONVERSÃO EM PECÚNIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. EXCLUSÃO DO PERÍODO DE CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática (fls. 199-202, e-STJ) que deu provimento ao recurso do ora recorrido, uma vez que de acordo com a jurisprudência do STJ, é devida ao servidor público aposentado a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada, ou não contada em dobro para aposentadoria, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

2. Assiste razão à agravante no que se refere à renúncia do percentual do adicional de tempo de serviço e a compensação dos valores já recebidos. Isso porque, não pode haver a concessão de dois benefícios ao ora agravado pela mesma licença especial não gozada. Dessa forma, a fim de se evitar o locupletamento do militar, tendo ele optado pela conversão em pecúnia da licença-especial, deve ser o respectivo período excluído do adicional de tempo de serviço, bem como compensados os valores já recebidos a esse título. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.221.228/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/5/2018 e AgInt no REsp 1.570.813/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14/6/2016.

3. Agravo Interno parcialmente provido para determinar a exclusão da licença especial no cálculo do adicional por tempo de serviço e a compensação dos valores já recebidos a esse título.

(AgInt no REsp 1785444/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 05/09/2019)

ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. EXAME. INVIABILIDADE.

1. Consoante o entendimento desta Corte é devida ao militar inativo a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada, ou não contada em dobro para fins de tempo de serviço, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração. Incidência da Súmula 83 do STJ.

2. Inviável a análise, em sede de agravo interno, de tema não arguido anteriormente, o que configura verdadeira inovação recursal.

3. Agravo interno desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp 1298078/AM, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 25/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. EFEITOS INFRINGENTES. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DISPOSITIVO LEGAL DEVIDAMENTE INDICADO. MILITAR. LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA E NÃO COMPUTADA PARA FINS DE INATIVIDADE. CONSIDERAÇÃO PARA FINS DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO COM VALORES JÁ PAGOS.

1. O dispositivo legal tido como violado, diante da alegação de enriquecimento ilícito da União, foi devidamente indicado nas razões recursais, sendo inaplicável a Súmula 284/STF à hipótese. Omissão que enseja o acolhimento dos aclaratórios, com efeitos infringentes.

2. A jurisprudência alinhou-se à pretensão recursal, para reconhecer o direito do militar à conversão em pecúnia da licença especial não gozada nem computada para fins de tempo de inatividade, ainda que considerada para fins de cálculo de adicional de tempo de serviço. Nessa hipótese, os valores indenizatórios devem ser compensados com o quanto pago a título do adicional.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para conhecer em parte do recurso especial do embargante e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento.

(EDcl no AgInt no REsp 1590003 / RS, 2016/0066462-0, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. MILITAR. LICENÇA ESPECIAL. CONVERSÃO EM PECÚNIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. EXCLUSÃO DO PERÍODO DE CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Aduz a agravante que o militar já percebe aumento no adicional por tempo de serviço, de forma que a conversão culminaria em dupla vantagem.

2. A Corte de Origem afastou a possibilidade de enriquecimento ilícito do militar ao determinar a exclusão do período no cálculo do adicional. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.221.228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 24/05/2018).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. MILITAR INATIVO. LICENÇA ESPECIAL NÃO USUFRUÍDA E NÃO CONTADA EM DOBRO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é possível ao servidor público aposentado a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada ou não contada em dobro para a aposentadoria, sob pena de enriquecimento ilícito da administração pública.

3. A Segunda Turma do STJ, no julgamento do AgInt no REsp 1.570.813/PR, reafirmou referido entendimento, registrando a inexistência de locupletamento do militar no caso, porquanto, ao determinar a conversão em pecúnia do tempo de licença especial, o Tribunal a quo impôs a exclusão desse período no cálculo do adicional por tempo de serviço, bem como compensou os valores correspondentes já pagos.

(...)

(REsp 1.710.433/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 10/04/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para reconhecer o direito do recorrente à conversão pecuniária da licença pecuniária não gozada, com a devida compensação dos valores pagos a título de adicional por tempo de serviço.

Inverto o ônus da sucumbência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator